

DESEMPREGO EM ALTA

CORREIO BRAZILIENSE

14 MAR 1998

Josaphat Marinho

Todas as informações atestam o crescimento do desemprego. O que se previa, há meses, inclusive nesta coluna, agora é triste realidade. A imprensa, em geral, publica a elevação da taxa de desemprego, de 4,84% em dezembro para 7,25% da população economicamente ativa, em janeiro. E não se trata de dado inseguro. É divulgação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Só entre janeiro e fevereiro a indústria paulista demitiu cerca de 41 mil trabalhadores, o que equivale a 161% mais do que no mesmo período de 1997. Comparando cifras, jornais observam que essa taxa de desocupação é a "maior desde agosto de 84". Ao mesmo tempo, é revelado que a indústria paulista, durante esse primeiro trimestre, deverá demitir "cerca de 65 mil trabalhadores".

Estranhável é que até essa explosão de desemprego o governo não refletia maior preocupação com o fenômeno. Conforme acentuado pelos jornalistas, autoridades diziam que para o problema não havia "solução mágica". Também se reconhecia que investimentos eram "insuficientes para conter o desemprego". Não se negava o percentual de desempregados e se mostrava certa indiferença, incompatível com a gravidade do quadro. Foi preciso o anúncio da taxa de 7,25%, para que o governo despertasse da inércia, ou fosse assustado. Diante da revelação atordoante, houve logo uma apressada reunião ministerial.



Não há que a condenar: afinal, fora sinal de reação. Mas é de reconhecer-se que se realizou tardiamente, e sem objetividade.

Tratando-se de questão que se desdobrava ao longo do tempo, era natural que as providências cabíveis fossem gradativamente trazidas a público. Não só se provaria a atuação oficial, como se prepararia a opinião geral, contendo a desesperança. Como assim não se fez, as recomendações de agora refletem improvisação e não criam credibilidade. Para um grave problema que aumentava dia após dia, as soluções haviam de ser planejadas e gradualmente aplicadas. A previsão e a perseverança eram, no caso, indispensáveis para atenuar os efeitos do mal. Tanto mais se justi-

ficava a prudência pela notoriedade das concordatas e falências, do desânimo de empresários, do aumento dos devedores insolváveis, em diferentes tipos de obrigações.

Acresce que economistas e políticos salientam que só o desenvolvimento econômico opera modificações geradoras de correção de certas fragilidades e causas de fracasso. E o desenvolvimento, por índole, é processo demorado. Ampliar e diversificar a produção, promover sua comercialização vantajosa, provocar a redistribuição dos recursos a todos os círculos da sociedade, inclusive com o aproveitamento da maior mão-de-obra possível, são todas medidas que exigem tempo, articulação e experiência. São produtos do trabalho

planejado, contínuo e lucidamente fiscalizado. Prova de que o simples documento bem elaborado, ou intenção louvável, não basta para o êxito devido, está no Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira. A execução irregular, frouxa, sem garantia efetiva dos recursos nos prazos certos, reduziu um plano inteligente a ações isoladas, sem vantagem razoável para a região cacaueira e sua antiga fonte de riqueza.

O desemprego agravado, porém, exigia providências coordenadas em múltiplos setores da administração pública e das atividades reprodutivas. Adotá-las não era simples opção do poder político e administrativo, mas imperativo resultante da necessidade de proteger o homem e sua família. A política econômica e financeira não podia ser obstáculo à determinação protetora dos assalariados em geral. Se o fosse, o governo não estaria a recomendar, agora, iniciativas destinadas a estimular o emprego. Se desviou a atenção para soluções de menor sentido humano, cabe-lhe reconhecer o tempo perdido. Não há política que mais projeta o estado e a paz social que a aplicada a garantir as condições de vida do ser humano. Não há progresso ou desenvolvimento, se a política administrativa não assentar no respeito dos que dependem do trabalho para sobreviver.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia